

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Aquisição de MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO conforme especificações constantes do anexo A deste termo.

2. JUSTIFICATIVA

- **2.1.** Trata-se de aquisição de material de limpeza e higienização para atender demandas da Secretaria do Tribunal e Cartórios Eleitorais da Capital e Interior do Estado, com vistas à prevenção contra o avanço da pandemia de coronavírus (COVID-19).
- **2.2**. Considerando a insuficiência ou inexistência em estoque do material em apreço, bem assim que entre as medidas para prevenir o contágio se encontram a higienização das mãos com álcool em gel 70°, assim como de bancadas e estações de trabalho com álcool líquido 70% e papel toalha e, considerando, ainda, a necessidade de prover com urgência as unidades do TRE-BA, faz-se urgente a aquisição.
- 2.3. Outrossim, é notório que o material já se encontra escasso no mercado, podendo o fornecimento pelos fabricantes/distribuidores cessar a qualquer tempo em decorrência da ausência de matérias-primas necessárias principalmente à fabricação de álcool em gel e líquido 70%, muitas das quais importadas da China, foco inicial da pandemia.

3. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- **3.1.** A contratada deverá entregar o material na Seção de Gestão de Almoxarifado, localizada no **Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia**, sito na 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, nº 150, Salvador Bahia, CEP 41745-901, **ou, ainda, no Centro de Apoio Técnico CAT do TRE-BA**, localizado no Loteamento Porto Seco Pirajá, Quadra A, Lote 16/17, Rua A, Via Marginal da BR 324, Salvador-BA, conforme opção da Administração a ser informada quando do agendamento da entrega.
- **3.2.** Horários de entrega: 13h às 18h, de segunda à quinta-feira, e 08h às 12h, às sextas-feiras.
- **3.3.** A contratada deverá agendar, se possível, a entrega junto à SEGEA, através dos telefones (71) 3373-7078, 3373-7388 ou 3373-7076, ou através do e-mail segea@treba.jus.br.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 17/03/2020 14:11:12



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- **3.4.** O prazo para a entrega do material será de **02 (dois) dias úteis,** contados do recebimento da nota de empenho pela Contratada.
- **3.5**. Correrão por conta da contratada quaisquer providências relativas à descarga do material, incluindo-se aí a necessária mão de obra.
- **3.6.** Em caso de paralisação das atividades dos setores responsáveis pelo recebimento dos bens durante o Recesso Forense (entre 20 de dezembro e 6 de janeiro do ano subsequente), haverá a suspensão dos prazos de entrega em favor da contratada. Neste caso, a empresa será previamente notificada pela Fiscalização do Contrato.

4. RECEBIMENTO

- **4.1.** O recebimento ocorrerá em duas etapas:
- a) **Recebimento provisório**: o material será recebido provisoriamente no momento da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, ficando, nesta ocasião, suspensa a fluência do prazo de entrega inicialmente fixado.
- b) **Recebimento definitivo**: no prazo de até **02 (dois) dias úteis** após o recebimento provisório, a fiscalização do contrato avaliará as características do material que, estando em conformidade com as especificações exigidas, será recebido definitivamente.
- **4.2.** A contratada garantirá a qualidade do material fornecido, obrigando-se a substituir, no prazo de 30(trinta) dias, contado a partir do dia útil seguinte ao do recebimento, pela Contratada, da comunicação da inconformidade, aquele que, no prazo de validade apresentar vícios ou incorreções resultantes da fabricação ou de sua correta utilização que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor.
- **4.3.** Em caso de irregularidades apuradas no momento da entrega, o material poderá ser recusado de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita ao fornecedor.
- **4.4.** Se após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi efetuado em desacordo com o pactuado ou foi entregue quantitativo inferior ao solicitado, a Fiscalização do Contrato notificará por escrito a Contratada para substituir, às suas expensas, o material recusado ou complementar o material faltante, no prazo que lhe restar daquele indicado para entrega.
- **4.5.** Se a contratada não substituir ou complementar o material entregue em desconformidade com as condições exigidas no edital, o fiscal do contrato glosará a nota fiscal, no valor do material não entregue ou recusado, e a encaminhará para pagamento,

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 17/03/2020 14:11:12



acompanhada de relatório circunstanciado, informando, ainda, o valor a ser retido cautelarmente, para fazer face a eventual aplicação de multa.

- **4.6.** Caso a Contratada não retire, no prazo de **90 (noventa) dias**, a contar do recebimento da notificação, o material recusado, ficará caracterizado o seu abandono, nos termos do disposto no artigo 1.275, Inciso III, do Código Civil, podendo a Contratante incorporá-lo ao seu patrimônio, encaminhá-lo a outros órgãos da Administração Pública ou, ainda doá-lo nos termos do disposto no Decreto nº 9.373/2018.
- **4.7.** A contratada fará constar da nota fiscal os valores unitários e respectivos valores totais em conformidade com o constante da correspondente nota de empenho/contrato, atentando-se para as inexatidões que poderão decorrer de eventuais arredondamentos.
- **4.8.** Consoante o disposto no artigo 32 da Lei n° 12.305/2010, as embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem, devendo-se assegurar que sejam restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto, projetadas de forma a serem reutilizadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contêm, ou recicladas, se a reutilização não for possível.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- **5.1.** São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente termo de referência e na legislação vigente:
- a) entregar os bens no prazo, nas especificações e na quantidade constantes neste termo de referência, assim como com as características descritas na proposta;
- b) atender às solicitações do Contratante nos prazos estabelecidos neste instrumento;
- c) não fornecer quantidade ou modelo diversos do solicitado;
- **d**) substituir os produtos danificados em razão de transporte, descarga ou outra situação que não possa ser imputada à Administração;
- e) responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- **f**) responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados à Administração e/ou a terceiros na execução deste Contrato;
- **g**) manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;
- **h**) reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 17/03/2020 14:11:12



- i) não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, salvo se autorizado neste termo de referência;
- **j**) conferir garantia de adequação dos produtos (qualidade, segurança, durabilidade e desempenho), em conformidade com as condições estabelecidas neste termo de referência.

6. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. A Contratante obriga-se a:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- b) prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- c) efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes neste termo de referência e no edital;
- **d**) zelar para que, durante a vigência do Contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- e) determinar a reparação, a correção, a remoção ou a substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

7. INADIMPLEMENTO E PENALIDADES

- **7.1.** A Administração poderá aplicar à licitante vencedora, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, as sanções previstas na Lei e no Contrato, sendo a multa calculada dentro dos seguintes parâmetros:
- a) atrasar injustificadamente a entrega do objeto contratado 1%, sobre o valor do material entregue em atraso, por dia de atraso, até o máximo de 10 dias;
- b) inexecução parcial 25% sobre o valor do material não entregue;
- c) inexecução total 25% sobre o valor total contratado;
- d) não substituir o bem que apresentou, dentro do prazo de validade, vícios ou incorreções resultantes da fabricação ou de sua correta utilização que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor 25% do valor de aquisição do material não substituído.
- **7.2.** Ultrapassado o prazo estabelecido no **subitem 7.1, alínea "a",** a Administração poderá não receber os itens pendentes de entrega.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 17/03/2020 14:11:12



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

7.3. A aplicação da penalidade estabelecida no **subitem 7.1, alínea "d"** não afasta a obrigação da devolução do valor pago pela aquisição do bem.

8. MEDIDAS ACAUTELADORAS

- **8.1.** Ocorrendo inadimplemento contratual, a Administração poderá, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/1999 e no artigo 26, §1°, da Portaria nº 305/2019, do TRE/BA, reter de forma cautelar, dos pagamentos devidos à Contratada, valor relativo a eventual multa a ser-lhe aplicada.
- **8.2.** Finalizado o processo administrativo de apuração das faltas contratuais cometidas pela Contratada, tendo a Contratante decidido pela penalização, o valor retido cautelarmente será convertido em multa. Não havendo decisão condenatória, o valor será restituído, monetariamente corrigido pelo mesmo índice de reajuste dos pagamentos devidos à Contratada.

9. PAGAMENTO

- **9.1.** Observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5° da Lei 8.666/93, o pagamento será efetuado sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito através de ordem bancária, nos seguintes prazos e condições:
- **9.1.1.** Para valor igual ou inferior a R\$17.600,00: até o 5° dia útil subsequente à apresentação da nota fiscal;
- **9.1.2.** Para valor superior a R\$17.600,00: até o 10° dia útil subsequente à apresentação da nota fiscal.
- **9.2.** Condiciona-se o pagamento à:
 - I Apresentação da nota fiscal discriminativa da execução do objeto contratado;
- II Declaração da fiscalização do contrato de que o fornecimento se deu conforme pactuado;
- **9.3.** A Contratada indicará na nota fiscal o nome do Banco e os números da agência e da conta-corrente para efetivação do pagamento.
- **9.4.** A Contratante, observando os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidos do montante a pagar à Contratada.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 17/03/2020 14:11:12



ANEXO A

ESPECIFICAÇÕES

Item	Especificação/Embalagem	Unidade de Medida	Quant
1.	Álcool Etílico em Gel 70%	FR	1.000
	Hidratado 70%;		
	Sem perfume;		
	Frasco 500ml;		
	Com informação de data de fabricação e número de lote;		
	Prazo de validade não inferior a 5 meses contados do recebimento definitivo. Álcool destinado à assepsia das mãos		
2.	Álcool Etílico Hidratado Líquido 70%, no mínimo		
	Indicado para desinfecção de superfícies;	FR	1.800
	Frasco com 1.000ml;		
	O material deverá estar acondicionado em caixas com até 12 unidades;		
	Prazo de validade não inferior a 5 meses contados do recebimento definitivo		
	Papel toalha		
3.	Cor branca, duas dobras, texturizado;		
	Dimensões: folhas com 22 cm x 22 cm;	PC	800
	Tipo interfolhado;		
	Macio e absorvente;		
	Pacote com 1000 folhas;		
	Variação permitida: ± 3.0 cm		
	PC = Pacote		

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 17/03/2020 14:11:12